

-----ATA NÚMERO 26/2019-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM QUATRO DE JULHO DO ANO DOIS MIL E
DEZANOVE.**-----

-----Aos quatro dias do mês de julho do ano dois mil e dezanove, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis e os Vereadores: Rubina Maria Branco Leal Vargas, Jorge Miguel do Vale Fernandes, Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Elias Rodrigues Homem de Gouveia, João Pedro Mendonça Vieira e Rúben Dinarte Silva Abreu. A secretariar esteve presente Ana Paula Borges dos Santos, Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania.-----

---Presente, ainda, Dina Maria Gouveia Freitas Letra, que substitui, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º, da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Vereador da Confiança, Bruno Ferreira Martins.-----

---Esteve também presente nesta reunião, a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Sandra Patrícia Silva e os Adjuntos do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra Machado e João Beja.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Miguel Silva

Gouveia, declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu a palavra à Vereadora Rubina Leal, do PSD, que informou o Executivo, que o Vereador Elias Gouveia chegaria mais tarde à reunião.-----

-----De seguida, esta mesma Vereadora, perguntou sobre o procedimento de aquisição das entradas à Frente MarFunchal, tendo o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondido que traria toda a informação na próxima reunião.-----

-----Continuando no uso da palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, perguntou como estava a questão da “Felisberta”, nomeadamente se tinha havido aquisição.-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, respondeu: “O edifício já é da Câmara – já foi feita a escritura. Estão a ser desenvolvidos os projetos – arquitetura e especialidades - para depois levar a concurso a reabilitação do prédio.”-----

-----Na sequência desta informação, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, perguntou qual o objetivo, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, esclareceu que seria reabilitado e destinado aos fins que já tivera, mormente “Confeitaria”.-----

-----Prosseguindo, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, perguntou sobre as barreiras de proteção no Monte, que estava previsto serem substituídas por floreiras, mas que continuava na mesma.-----

----- - Em relação a esta questão, o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, explicou que aguardavam pela intervenção do Governo Regional. “A Câmara não tem qualquer informação sobre este assunto, apenas sabemos o que foi noticiado na comunicação social, frisou.”-----

----- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, acrescentou: “A informação que tínhamos inicialmente dizia que o Largo da Fonte iria ser rasgado para poder corrigir o leito da ribeira, tendo a Secretaria respondido ao nosso primeiro ofício comprometendo-se a fazer chegar mais informação à Câmara – informação que continuamos a aguardar – sabendo-se pela comunicação social que, devido a uma alteração técnica, já não vai ser necessário romper o Largo da Fonte, apenas no leito da ribeira. Na prática, a Junta de Freguesia está na posse de mais informação do que a Autarquia.”-----

-----Voltando a usar da palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, perguntou qual o resultado dos estudos que haviam sido feitos no Monte na sequência da queda da árvore, tendo o Vereador João Pedro Vieira, da Confiança, respondido: “Estes estudos, que se desenvolveram em três fases, permitiram concluir que é uma questão que devemos ter em atenção e, por isso, estão a continuar os trabalhos em relação a todo o património arbóreo. Não só no

Monte, mas em toda a cidade onde exista este património, tendo em vista a sua salvaguarda e a segurança de pessoas e bens. Há que lembrar que os serviços da Câmara têm limitações e, por vezes, temos que recorrer a serviços externos.”-----

----- - A Vice-Presidente da Câmara, Idalina Perestrelo, reforçou acrescentando: “Confiamos plenamente no trabalho dos nossos técnicos, no entanto não dispomos de todos os meios necessários, o que nos leva a recorrer a serviços externos.”-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Rubina Leal, do PSD, inquiriu sobre uma notícia veiculada na comunicação social, nomeadamente com o facto da Praia do Areeiro ter perdido a Bandeira Azul. Questionou depois se a referida praia era gerida pela Frente MarFunchal ou se estava concessionada.-----

----- - Respondendo o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, esclareceu que a Praia do Areeiro não pertencia ao Município, pelo que não era gerida pela empresa municipal, e que estava concessionada ao Hotel Orca Praia.-----

----- - Por sua vez, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, complementou dizendo que a DROTA, entidade competente para o efeito, concessionara ao Hotel e que, no corrente ano, o mesmo não conseguiu cumprir com os requisitos necessários para a bandeira azul, nomeadamente no que se referia aos nadadores salvadores.---

----- - De seguida o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu a palavra à Vereadora Joana Silva, do PSD, que perguntou se havia alguma intervenção prevista para a Vereda do Olavo, em

Santo António.-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Para poder dar informações concretas e corretas, vou tentar saber se o local está abrangido pela obra do Laranjal Pequeno, que se encontra em processo de expropriação, e que se está a revelar um processo muito moroso”.-----

----- - Foi dada a palavra ao Vereador Jorge Miguel Fernandes, do PSD, que levantou a questão do estado do pavimento muito degradado, num dos becos junto à Rua de São João, tendo entregado fotografias do local, enviadas por moradores.-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse que constataria a possibilidade, se, após análise do local, seria possível melhorar as condições de acesso dos moradores às suas habitações.-----

----- - Tomando a palavra a Vereadora do CDS/PP, Ana Cristina Santos, referiu: “Tenho recebido diversas reclamações relativas ao reembolso do valor do estacionamento pelos proprietários de carros elétricos, que dizem que entregarem os talões há mais de seis meses e ainda não foram reembolsados. A este propósito, questiono como é que a Câmara sabe se os talões que são apresentados a reembolso são referentes às viaturas elétricas. Quero acrescentar ainda que a PSP continua a aplicar multas”.-----

----- - O Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, fez a seguinte explanação: “No decurso do anterior mandato e na sequência de uma notícia que surgiu na comunicação social dando

conta da deliberação da Câmara de isentar os veículos elétricos da taxa de utilização dos lugares de estacionamento pagos à superfície, a PSP alertou que não está vertido em regulamento municipal. No caso das viaturas híbridas encontra-se previsto em regulamento um desconto de cinquenta por cento. Este desconto foi alargado às viaturas elétricas, mas a única forma de o aplicar na prática é através do pedido de reembolso. Talvez não seja a melhor forma, mas é a possível atualmente. O Regulamento precisa ser revisto, até à luz das novas tecnologias. Nós já tivemos ePark, mas a PSP entende que não pode ser – ainda que exista em outros municípios da Região, daí estarmos a tentar constituir-nos como entidade autuante. Em relação aos atrasos, não tenho conhecimento, mas vamos tentar inteirar-nos sobre o assunto.”-----

----- - Usando da palavra a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, abordou o tema da III Conferência Municipal sobre estar em situação de sem-abrigo, dedicada ao tema “Percurso de Inclusão”, em que foram caracterizados os desafios que se colocam atualmente às pessoas que se encontram na situação de sem-abrigo, bem como a realidade concreta do Funchal e as iniciativas que vêm sendo promovidas pela Autarquia ao longo dos últimos anos. “Esta conferência surge no âmbito da estratégia nacional para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo. A propósito deste tema surgiu hoje uma notícia na comunicação social, em que a Segurança Social apresenta uma série de soluções que refere como inovadoras e que constam no Plano Regional para

esta população. Curiosamente, são financiadas por esta Autarquia. Uma das medidas que referem é o Grupo Técnico Interinstitucional, que surgiu da parceria da Câmara do Funchal com quatro Associações - a Associação Conversa Amiga (ACA), a Associação Médica Internacional (AMI), a Associação Protetora dos Pobres (APP) e o Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA). A outra medida inovadora que referem é uma solução de habitação partilhada temporária, que foi igualmente apresentada na conferência de ontem e que surge com a parceria do nosso município com a ACA. Ainda bem que a Segurança Social reconhece o caráter inovador destas duas medidas, apesar de não mencionar quem está por detrás delas e de nunca ter nas suas reuniões uma pessoa que represente a Câmara do Funchal. As pessoas que estão na rua não são todas iguais, têm que ser avaliadas caso a caso. Na Região quem tem a maior problemática é o Funchal, mas, desde 2013, nunca fomos chamados a intervir. O que nos interessa aqui é a defesa dos direitos humanos e sociais. Refiro ainda que o centro do Funchal se encontra completamente mapeado: são cento e quinze pessoas identificadas no centro da cidade em situação de sem-abrigo. Ainda não conhecemos a realidade de todas as freguesias. A Câmara trabalha em rede, coordenamos e monitorizamos, em conjunto com as associações que referi”, sublinhou.”-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia

e pela sequência nela prevista:-----

1 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

----- - **Empreitada de “Reabilitação da ETAR do Funchal e Obras Acessórias 1ª Fase – Lote 1 – ETAR do Funchal e Emissário Submarino” - Adiantamento de valor:** - Perante o respetivo processo e do novo pedido formulado pelo adjudicatário da empreitada acima referenciada, Socicorreia – Engenharia, S.A., (proc.º 18549/19), para o adiantamento de um montante destinado à aquisição de materiais ou equipamentos, ao abrigo da cláusula trinta e três (33) do Caderno de Encargos, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o referido adiantamento, nos termos e fundamentos enunciados na informação da Divisão de Contratação Pública (datado de 2019/06/27).-----

----- - **Empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a Um Troço do Caminho dos Tornos” – Situação temporal da execução da obra com o cronograma de execução do plano de trabalhos:** - Em face da informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 92/JP/DIE/2019), sobre a situação geral da obra acima mencionada, a Câmara, face ao exposto na referida informação, deliberou, por unanimidade, notificar o empreiteiro para reiniciar a referida obra, assim como para a aplicação das cláusulas oitava e décima do Caderno de Encargos, através da elaboração de um plano de trabalhos de recuperação (cronograma de execução, plano de mão-obra, plano de equipamentos e cronograma financeiro), e advertir o empreiteiro

que na falta de cumprimento do prazo final da obra contratada serão aplicadas as sanções previstas na cláusula décima-primeira do mencionado Caderno de Encargos.-----

----- - **Empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Estrada Comandante Camacho de Freitas junto ao Encontro” – Situação temporal da execução da obra com o**

cronograma de execução do plano de trabalhos: - Em presença do respetivo processo e da informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref.^a 95/JP/DIE/2019), a Câmara deliberou, por unanimidade, notificar a empresa adjudicatária da obra mencionada em título, de elaborar um plano de trabalhos de recuperação (cronograma de execução, plano de mão-obra, plano de equipamentos e cronograma financeira), nos termos das cláusulas oitava e décima, do Caderno de Encargos, e advertir ainda o empreiteiro que na falta de cumprimento do prazo final da obra contratada serão aplicadas as sanções previstas na cláusula décima-primeira, do Caderno de Encargos.-----

----- - **Empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Estrada Comandante Camacho de Freitas junto à Socipamo” – Situação temporal da execução da obra com o**

cronograma de execução do plano de trabalhos: - Perante a informação do Departamento de Infraestruturas (ref.^a 93/JP/DIE/2019), a Câmara deliberou, por unanimidade, notificar a empresa adjudicatária da obra em epígrafe, de elaborar um plano de trabalhos de recuperação (cronograma de execução, plano de

mão-obra, plano de equipamentos e cronograma financeira), nos termos das cláusulas oitava e décima, do Caderno de Encargos, e advertir ainda o empreiteiro que na falta de cumprimento do prazo final da obra contratada serão aplicadas as sanções previstas na cláusula décima-primeira, do Caderno de Encargos.-----

----- - **Empreitada de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira à Levada dos Moinhos e Rua 5 de Outubro” –**

Situação temporal da execução da obra com o cronograma de execução do plano de trabalhos: - A Câmara deliberou, por

unanimidade, de acordo com a informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (refª 94/JP/DIE/2019), notificar a empresa adjudicatária da obra referida em título, de elaborar um plano de trabalhos de recuperação (cronograma de execução, plano de mão-obra, plano de equipamentos e cronograma financeira), nos termos das cláusulas oitava e décima, do Caderno de Encargos, e advertir ainda o empreiteiro que na falta de cumprimento do prazo final da obra contratada serão aplicadas as sanções previstas na cláusula décima-primeira, do Caderno de Encargos.-----

-----Nesta altura deu entrada na sala o Vereador do PSD, Elias Gouveia, participando na discussão e votação do processo que se segue (Urbanismo).-----

---**Adenda (nº 4 do artigo 11º do Regimento das Reuniões da CMF).**-----

2 – URBANISMO:-----

-----**2.1 – Obras Particulares/Isenção de Taxas:** - A Câmara

deliberou, em função do solicitado pela Paróquia de Nossa Senhora do Monte (proc.º 4188/2019, sub-proc.º 2018000132), e com base na informação da Divisão Jurídica (refª 747/DJF/DJ/2019), aprovar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, situada ao Largo das Babosas, freguesia do Monte.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu por encerrada a reunião às onze horas e vinte minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe da Unidade de Democracia Participativa e Cidadania, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 327/2019, publicada nos locais de estilo.